- XXIX -

A CONSTRUÇÃO DA INSTITUCIONALIDADE DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Cecília Cândida Frasão Vieira
Universidade de Brasília – UnB
ceciliacandidafv@gmail.com

INTRODUÇÃO

A maioria dos escritos referente a criação dos Institutos Federais remontam ao Presidente Nilo Peçanha no início do século passado que criou a escola de aprendizes e artífices. Esse fato é importante para compreender como a educação profissional foi socialmente construída no Brasil. Nesse contexto a origem dessa modalidade educacional foi para atender explicitamente os menos favorecidos, em sua maioria descendentes de escravos e imigrantes.

Assim, os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica e demais instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Tecnológico, que foram constituídas com base em uma concepção crítica, possuem um grande desafio a ser superado. Entre esses de materializar processos de ensino-aprendizagem e uma proposta pedagógica condizente com as novas pedagogias que buscam a superação de modelos educacionais subservientes a uma classe social específica e a ruptura dessa modalidade educacional como sendo uma política pública puramente assistencialista. Dessa forma, será analisado os Governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Governo do Luís Inácio Lula da Silva (Lula).

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM DOIS TEMPOS

Está análise será realizada por que apesar da sucessão entre esses dois governos referente a Educação Profissional atuaram com políticas opostas. O primeiro paralisou o aumento da oferta enquanto que o segundo promoveu a sua maior expansão.

Governo FHC

O foco principal das políticas educacionais durante o governo do presidente FHC foram voltadas para a universalização da educação básica ou seja público distinto do atendido pela Educação Profissional. Esta modalidade, por determinação legal sofreu com restrições para a sua oferta estabelecido pela Lei nº 9.649/98, determinava que

> A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com Estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1998).

Discretamente destacava uma transferência na responsabilidade da execução, mas um controle desses processos pelo Estado. O modelo gerencial, em uma perspectiva neoliberal adotado por esse governo reverberou na educação, conforme Dourado (2007) a gestão desse governo para as políticas educacionais estavam voltadas para "propiciaram a emergência de programas e ações orientados pelo governo federal aos estados e municípios".

Tendo em vista que as políticas públicas é um dos principais instrumentos para a organização da atuação Estatal no cenário contemporâneo e durante o Governo FHC em documentos importantes como o Plano Nacional de Educação e o Programa de Desenvolvimento da Escola prevaleceram a concepção técnica às discussões e contribuições da população, apesar dessa participação está em um caminho progressivo de organização e presença nos debates. Frigotto e Ciavatta (2003) afirmam que por intermédio do Ministério da Educação essas ideias seguiram diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais.

Isso é importante para se compreender que a partir dessas concepções a Educação Profissional durante o período FHC é voltado para atender o mercado e conduzido prioritariamente por organizações privadas, Cêa, 2006, afirma que a ""educação profissional" configurar-se, predominantemente, como um subsistema no interior do próprio sistema público de educação". Além da restrição quanto a oferta um forte impacto para a Educação profissional foi a adoção de um pensamento pedagógico empresarial.

Governo Lula

O Governo Lula, em seu plano de governo as políticas públicas sociais são direcionadas como possibilidade de superação das desigualdades. No entanto, não conseguiu desvincular-se totalmente da perspectiva do governo anterior:

> O primeiro mandato do presidente Lula foi marcado, no campo educacional, muito mais por permanências que rupturas em relação ao governo anterior. Tendo sido herdeiro de uma reforma educacional de longo alcance e complexidade, que durante os dois mandatos do governo que o precedeu (OLIVEIRA, 2009, p.198)

Referente à Educação Profissional e tecnológica se evidencia a repercussão das políticas educacionais e ambivalência em sua proposta como está posta hoje, para Oliveira (2009, p. 202) "Ao mesmo tempo em que o governo federal, por meio do MEC, busca capitanear as políticas educacionais em nível nacional, muitas vezes interferindo nas políticas estaduais e municipais".

Assim, nascem os IFs estes foram criados para atender prioritariamente a profissionalização na educação básica haja vista que metade de sua oferta tem que ser direcionado ao ensino médio integrado. No entanto é constituído aos moldes das Universidades no que refere-se aos seu modelos de gestão e regulação. Esta ambivalência também pode ser percebida na sucessão de fatos até a publicação da Lei 11.892 de 28 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais e implementa da Rede Federal de educação profissional e Tecnológica, ao passo que ocorreram movimentos paralelos importantes e contraditórios nesse processo.

Por exemplo a publicação do Decreto n. 6.095, de 24 de abril de 2007 que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal, sem participação popular na discussão do projeto. Enquanto paralelamente se discutia, com a comunidade, a transformação dos CEFETs do Rio de Janeiro e de Minas Gerais para Universidade nos moldes da Universidade Tecnológica do Paraná.

Destaca-se o início da retomada da educação profissional sob responsabilidade da União com a expansão de sua oferta. E apesar dos bastidores não serem o mais adequado para se apresentar uma política pública para a educação, a proposta pedagógica para os Institutos Federais de "uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida" (PACHECO, 2009, p.2) é relevante ao cenário brasileiro, tanto econômico quanto educacional.

CONCLUSÃO

No atual desenho do Brasil, a qualidade da educação pública deve ser garantida através de políticas públicas contínuas. A legislação por si só não atua para a melhoria. Quando posta em ação, o acompanhamento e avaliação serão importantes para que a população mais desfavorecida tenha os direitos sociais efetivados. O Estado, ao contrário do que preconizam os defensores do neoliberalismo, deve organizar e custear políticas públicas para atender setores básicos para a população, entre eles, se destaca, a educação formal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 6.095, de 24 abri. 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____ **Lei nº 9.649, de 27 mai. 1998**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9649cons.htm. Acesso em 30 out. 2018.

_____, **Lei nº 11.892, de 29 dez. 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 10 mai. 2018.

CÊA, G. S. dos S. **A reforma da Educação Profissional e o Ensino Médio Integrado: tendências e riscos**. In: 29ª Reunião Nacional da ANPED, Caxambu, 15 a 18 out. 2006 (GT: Trabalho e Educação / n. 09). Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../GT09-2565--Res.pdf. Acesso em: 20 jun. 2018.

DOURADO, Luiz. **Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil**: limites e perspectivas. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007.

FRIGOTTO, G. e CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década** 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. Educ. Soc., Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003

OLIVEIRA, D. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências.** RBPAE – v.25, n.2, p. 197-209, mai./ago. 2009

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/sinstitutos.pdf Acesso 15 jun. 2018.